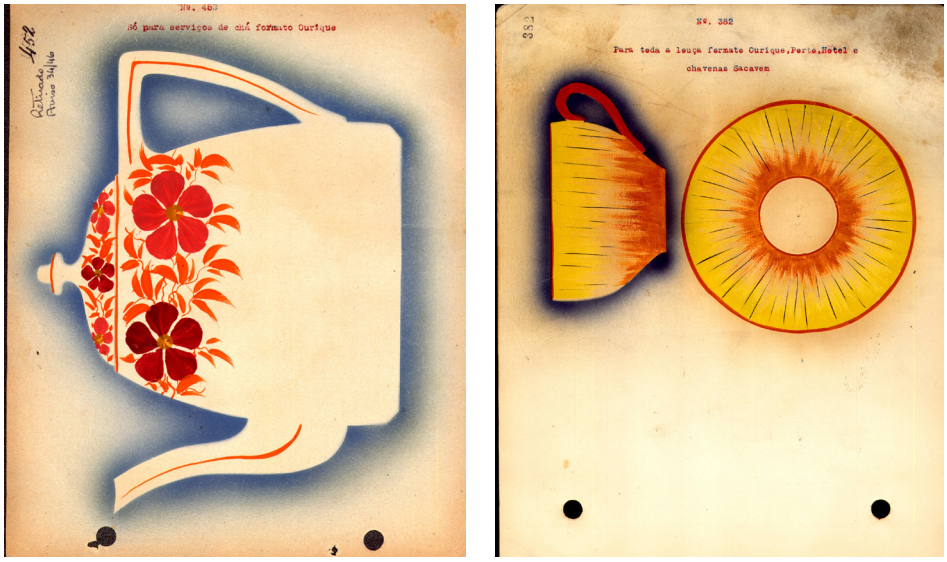
De igual forma, a estreita colaboração entre o serviço de documentação e o serviço de reservas facilita o estudo das peças e do fundo documental a partir da base bibliográfica com associação de imagem e da base do inventário com a respectiva imagem das peças. Estas bases documentais tornam-se num instrumento de pesquisa precioso para os investigadores internos e externos.

Deste modo, a ligação entre a documentação e as peças facilitam a descrição física e de conteúdo tornando-a mais rigorosa e homogénea. A elaboração de uma lista de termos de indexação com o contributo das Reservas e o seu uso por ambos os serviços apresenta-se como o instrumento de descrição promotor de um trabalho de qualidade a ser encetado por ambos os serviços.



A política de aquisições é definida entre o bibliotecário e os outros técnicos do Museu, dado que só assim se garante a adequação às necessidades documentais decorrentes do estudo e actividades objectivadas no plano museológico.

A documentação museal engloba também o conjunto de arquivos, de manuscritos, de documentos icónicos, de literatura cinzenta, de documentos efémeros que escapam ao circuito comercial, e no seu conjunto constituem matéria primeira a explorar e valorizar.

A Internet apresenta-se como um interessante veículo de suporte à publicidade e à difusão do catálogo bibliográfico e respectiva associação de imagem. Para além de ser um recurso informacional da

maior relevância ao permitir o acesso às múltiplas bases de dados e às colecções virtuais dos outros museus do mundo.

O Centro de Documentação, para além do valor patrimonial que disponibiliza, é um instrumento de pesquisa de primeira ordem que se orienta no sentido crescente dos públicos: estudantes, profissionais, investigadores. De igual forma, através da sua abertura ao exterior, da organização dos fundos documentais e informação complementar sobre os mesmos, promove a colaboração entre a investigação externa e interna sobre a colecção do Museu. Constitui-se como o serviço de acesso: a documentos produzidos pela comunidade científica e a documentos internos ao Museu através da difusão dos mesmos junto dos técnicos da instituição e investigadores externos. Apresenta-se como um meio de conhecimento da colecção que extravasa o museu, a comunidade e o país.

Assim, viabiliza-se a responsabilidade do Centro de Documentação em facultar aos técnicos e público informação actual e pertinente, necessária ao desempenho das suas actividades profissionais ou escolares. Neste sentido, pesquisa no mercado editorial, nas bases de dados, nas outras instituições congéneres e mesmo dentro da instituição tutelar, a informação documental e elabora dossiers sobre temas significativos dentro da temática do Museu. Outra vertente de trabalho neste âmbito da actualidade dos documentos e informação, prende-se com a recolha e tratamento de relatórios de investigação, de reportagem de actividades fixadas em fotografias, vídeos, ... resultantes do labor do Museu, para posterior disponibilização aos técnicos de acordo com critérios determinados.

A constituição do arquivo das publicações, catálogos, desdobráveis, materiais promocionais do Museu é também da responsabilidade do serviço de documentação. Efectuando também a sua difusão no exterior através do sistema de permutas de publicações junto de outras organizações públicas e privadas, bem como a troca de experiências e a promoção mútua.

"Nos tempos em que a informação se destina tanto a especialistas como ao grande público, a informação torna-se num recurso cada vez mais importante desde que devidamente acessível, esta é a regra das bibliotecas e centros de documentação dos museus"
Odile Tarrête, 1992

As unidades documentais e informacionais especializadas, gratuitas, acessíveis a todos fazem parte do valor acrescentado dos serviços prestados pelo Museu à comunidade. O serviço documental é sempre um mediador face às necessidades de informação das novas categorias de utilizadores. Estas bibliotecas especializadas enquanto serviço público abrem-se ao exterior, possibilitando o acesso a documentação por forma a permitir que todos aprofundem o conhecimento da colecção e

particularmente sobre aquilo que no Museu os mais interessa. As descobertas feitas no Centro de Documentação promovem a missão educativa do museu e tornam-se também garante da retribuição de todo o trabalho desenvolvido pelo mesmo.

É com esta atitude que integramos a divisa

Museus de Loures: um património com afecto.

Notas

[1] Este Arquivo é apresentado na comunicação do Arquivista Pedro Duarte da EAD – Empresa de Arquivo de Documentação, que elaborou a organização deste Arquivo.

Projecto de Recuperação do Arquivo da Fábrica da Abelheira

Projecto de Recuperação do Arquivo da Fábrica de Papel da Abelheira

Pedro Duarte
Técnico Superior de Arquivo
EAD – Empresa de Arquivo de Documentação
Palmela, Novembro 2004

O PROTOCOLO CM LOURES / FAPAJAL

O projecto de recuperação do Arquivo da Fábrica de Papel da Abelheira, nasce do protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Loures e a FAPAJAL – Fábrica de Papel do Tojal, onde esta última entregava a custódia do seu espólio documental com mais de 30 anos à Câmara Municipal de Loures.
A Câmara Municipal de Loures comprometia-se a realizar uma prévia avaliação e a proceder ao correcto tratamento do espólio em referência, tendo em conta a sua segurança, o seu perfeito acondicionamento através da criação de um espaço adequado e a prosseguir uma correcta política de conservação da documentação.
Por outro lado, a Câmara Municipal de Loures, deveria garantir a divulgação da informação necessária sobre a existência deste espólio documental, possibilitando assim a consulta para o estudo e análise do mesmo.

A DOCUMENTAÇÃO: Problemas e Necessidades

A Documentação estava distribuída por dois espaços físicos distintos: o designado "Armazém Velho" e numa sala localizada na parte antiga da Fábrica.
A nível cronológico, a documentação tem como datas extremas o Final do Século XIX e a década de 1960.
Entre outras tipologias documentais, foram encontradas Fichas Antigas de Pessoal, Armários com Desenhos para a produção de sacos de papel, Livros da Fábrica GRAHAM, Livros de Contabilidade e Caixas em Metal com documentação pessoal da Família GRAHAM.
Ao nível do estado de conservação da documentação, foram identificados os seguintes problemas:

— A documentação encontrava-se em elevado estado de degradação, afectada por deterioração ambiental e biológica, carecendo de um tratamento urgente;
— Os espaços físicos onde esta estava acondicionada, não ofereciam as condições mínimas exigidas

para uma boa preservação, pelo que se mostrava urgente o acondicionamento num espaço mais adequado para este fim.
— Não existia conhecimento da documentação depositada nestes locais, tanto ao nível quantitativo como ao nível das tipologias documentais.

Imagens do local e condições em que a documentação estava acondicionada

Estado da Documentação antes da intervenção sobre a mesma

O PROJECTO DE INTERVENÇÃO

Assim, a solução passou por uma intervenção urgente, dividida nas seguintes etapas:

1. Remoção e transporte da documentação para um "Arquivo Sujo"

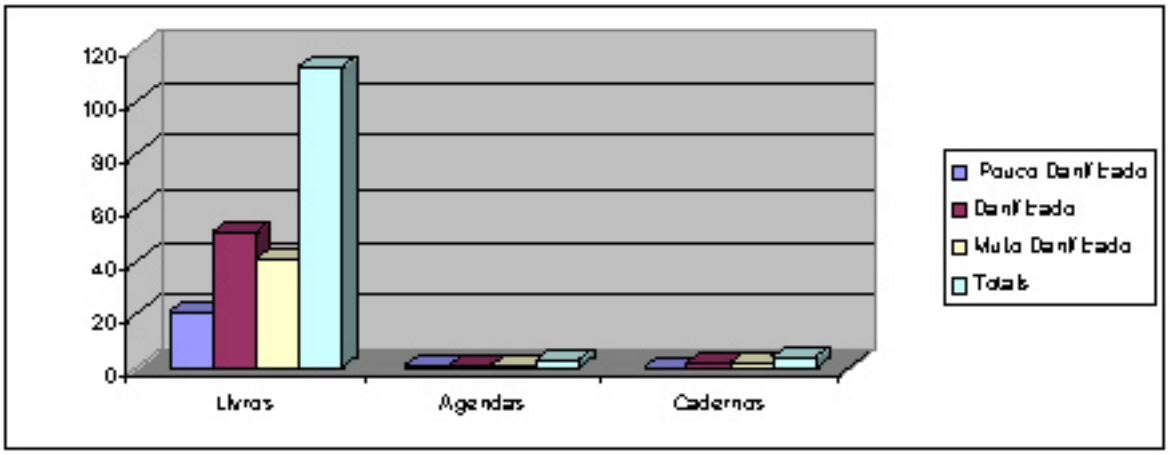
Numa primeira fase do projecto, a grande preocupação era a remoção de toda a documentação do local onde estava acondicionada.
Estes documentos, suportavam diariamente as consequências da sua idade e das marcas deixadas pelas condições ambientais diversificadas a que estavam expostos, pelo que a sua remoção foi bastante cautelosa, no sentido de salvaguardar a integridade dos próprios documentos e das suas unidades de

instalação.
Antes de ser transportada, a documentação sofreu uma primeira higienização, com o objectivo de eliminar insectos e parasitas que poderiam estar entre a documentação e acondicionada em caixas próprias para o transporte de documentos.

Acondicionamento da Documentação no "Depósito Sujo"

2. Descrição Física da Documentação e Avaliação do seu Estado de Conservação

Após a remoção e transporte da Documentação para um "Arquivo Sujo", procedeu-se à quantificação das arcas e caixas onde esta foi transportada, dos Livros, agendas e cadernos.
Por outro lado, foi feita a medição de todas as unidades de instalação, bem como a averiguação do conteúdo das Unidades de Instalação e avaliação das condições em que a Documentação se encontrava, procedendo-se à atribuição de várias categorias à mesma, consoante o seu estado de conservação e o grau dos danos causados e que exprimem em: Pouco Danificado, Danificado, Muito Danificado.
Assim, apresentam-se os seguintes gráficos:



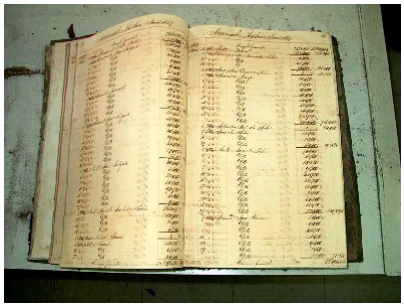
3. Desinfestação, Limpeza e tratamento da documentação

No sentido da Desinfestação ser o mais eficaz possível, as arcas e as caixas foram abertas com o objectivo de diminuir a compactação e os documentos dispersos pelo chão, na área circundante à respectiva arca ou caixa, sendo que outros foram mantidos dentro das mesmas, em condições que permitiam a circulação do ar ou do gás.

Os Livros foram tendencialmente colocados na vertical , em estantes, com o objectivo de reduzir a área de pressão e a compactação dos mesmos. Os desenhos foram colocados na vertical, dentro de caixas próprias.

Para a desinfestação da Documentação, foram utilizadas trinetrinas[1], tendo a "Arquivo Sujo" ficado isolado durante três dias.

De seguida, deu-se início à etapa de limpeza e tratamento da Documentação. Para a Higienização da Documentação, foram utilizadas escovas de crina de cavalo e escovas de pêlo de cabra (para a documentação mais danificada).
No caso dos desenhos, foram também utilizadas borrachas incolores, por forma a eliminar a sujidade mais acentuada.
Grande parte da Documentação encontrava-se unida por agrafos, tachas de latão, clipes e alfinetes, que oxidaram com o passar do tempo. Como tal, estes objectos foram cuidadosamente retirados de forma a "travar" a deterioração provocada pelos mesmos.
Foram igualmente retiradas as fitas metálicas das capas de cartão, visto que se encontravam oxidadas, tendo manchado os documentos.



Fases do tratamento da Documentação

4. Inventariação e Descrição da documentação

O Inventário consiste, num instrumento de descrição genérico dos conjuntos documentais, que permite a quantificação exacta da documentação, assim como a sua identificação. A descrição foi feita ao nível das unidades de instalação, uma vez que o acervo é constituído por um grande volume de massas documentais acumuladas.

A descrição abrangeu primeiramente os livros, depois a documentação acondicionada nas Arcas de Metal e Madeira e finalmente os desenhos.
No caso da documentação acondicionada nas Arcas e nas Caixas, foi feita, à semelhança da metodologia utilizada com os livros, uma quantificação e numeração sequencial da mesma, e uma avaliação do seu estado de conservação.
Por forma a efectuar a descrição do acervo, cada unidade de instalação (Livro, Maço, Envelope, Caderno ou Capa) foi analisada, tendo o Inventário sido constituído através dos seguintes campos de descrição:

1. Órgão Produtor;
2. Numeração;
3. Designação do Item;
4. Datas Limites/Numerações Limites;
5. Dimensões;
6. Tipo de Suporte;
7. Número de Páginas;
8. Número de Páginas/Folhas Rubricadas;
9. Termo de Abertura ou Encerramento;
10. Encadernação;
11. Observações:
— Estado de Conservação;
— Especificidade da documentação;
12. Unidade de Instalação;
13. Cota Antiga;
14. Cota Actual/ de Instalação.

O Inventário encontra-se registado numa base de dados na aplicação Access (concebida para este acervo), por forma a permitir o conhecimento e a gestão da documentação, assim como a disponibilização da mesma à consulta.

5. Troca das Unidades de Instalação e acondicionamento da documentação em materiais não ácidos

Toda a Documentação foi reacondicionada em Unidades de Instalação constituídas de materiais não ácidos (Acid-free).

No caso dos livros, foram constituídas caixas em cartolina acid-free, e atados com fita de Sizal, também ela não ácida.
Os Desenhos, depois de endireitados, foram acondicionados em armários de gavetas e separados por cartolinas acid-free, enquanto que os maços de documentação foram acondicionados em caixas acid-free.

6. Transporte e alojamento da documentação em depósito próprio

O processo de realojamento e acondicionamento final da Documentação, foi bastante estudado e ponderado.
Actualmente, a Documentação encontra-se num depósito de arquivo próprio para o efeito, onde as condições ambientais são estáveis e óptimas para o acondicionamento da documentação.
A Documentação encontra-se instalada em estantaria própria, o que é uma mais valia para a preservação e conservação da mesma.

O Resultado Final

7. Elaboração de um Catálogo

Com o objectivo de divulgar a informação contida neste acervo documental, foi lançado um Catálogo que é o principal instrumento de apoio ao inventário mencionado anteriormente.

O Catálogo, é constituído por uma breve apresentação, onde é mencionado todo o processo de recuperação e organização da documentação a que faz referência.
O Índice do Catálogo é composto pelo inventário propriamente dito e que abrange os seguintes temas:
1. Número da Unidade de Instalação;
2. Descrição dos Documentos;
3. Datas Extremas;
4. Localização;
5. Tipo de Suporte;
6. Observações.

Este Catálogo é o elo de ligação e apoio à documentação e aos investigadores e interessados nesta documentação.
Por outro lado, deverá funcionar como um instrumento de apoio aos Técnicos que controlam a documentação.

A ACTUALIDADE

Actualmente, a documentação encontra-se acondicionada num depósito de Arquivo próprio que oferece as condições ambientais e físicas necessárias para a sua preservação.
Por outro lado, foi constituída uma Base de Dados em Access que possibilita a consulta, análise e divulgação da mesma, estando este espólio documental ao alcance de todos aqueles que o desejem investigar.
Durante todo este projecto e após o contacto com a informação, foi verificado que esta documentação tem um considerável interesse histórico, não só para o Concelho de Loures como para todos aqueles que se interessem pela nossa história recente.
Assim, as tipologias documentais encontradas nestes espólio documental, podem revelar-se bastante interessantes para projectos de investigação que visam a reconstituição da evolução fabril, social e demográfica do Concelho de Loures.
Foram encontrados documentos de Contabilidade, como sejam: Livros de Razão, Livros de Caixa, Livros Diários, entre outros que se podem revelar bastante importantes, não só para a evolução económica da própria fábrica, como também para a evolução económica da época.

Notas
[1] Gás utilizado para a desinfestação da Documentação

O Centro de Documentação do Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira

O Centro de Documentação do Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira

Suzana Menezes
Coordenação Geral do Projecto do Museu
Sérgio Lira
Coordenação Científica do Projecto do Museu
Feliz Gouveia
Coordenação Científica e Desenvolvimento do Sistema Informático
Alexandra Alves
carregamento da Base de Dados – acervos documentais
Diana Amaral
carregamento da Base de Dados – acervos documentais
Pedro Malaquias
carregamento da Base de Dados – acervos Museológicos

1 - O Centro de Documentação: sua concepção e significado no Projecto do Museu

O Museu da Indústria de Chapelaria, tutelado pelo Município de S. João da Madeira e financiado no âmbito do Programa Operacional da Cultura, teve na sua génese um programa museológico que contemplou desde logo quatro áreas fundamentais, intimamente articuladas do ponto de vista funcional e das competências atribuídas, e que seriam o Centro de Documentação e Informação, o Serviço de Gestão de Colecções, o Centro Educativo e de Animação e as exposições temporárias.

Do ponto de vista conceptual previu-se que todos estes serviços funcionassem de forma integrada, contribuindo assim para o cumprimento do objectivo maior que presidiu à constituição deste museu: a conservação, documentação, investigação, interpretação e difusão dos bens culturais que reúne, com objectivos científicos, culturais, educativos e lúdicos e com finalidades de democratização da cultura, de promoção da cidadania e de desenvolvimento da sociedade.

Com uma colecção constituída por bens materiais e não-materiais, que vão das máquinas e artefactos próprios da indústria de chapelaria, passando por um significativo espólio documental de cariz empresarial, até a uma já intensa recolha de testemunhos orais, caberia assim a cada um daqueles serviços, e no âmbito das suas atribuições específicas, canalizar os esforços necessários conducentes não só ao estudo daquela colecção como também à sua utilização e disponibilização.

Neste sentido, entendeu-se desde logo que caberia ao Centro de Documentação o papel de síntese, no sentido em que, a preservação e valorização dos fundos documentais da história da Empresa Industrial

de Chapelaria (parte mais significativa da colecção documental) seria o ponto de partida e chegada no que à articulação da demais informação dizia respeito. Dito de outra forma, caberia a este serviço sintetizar de forma coerente e por intermédio daquela colecção, toda a informação que os demais serviços viessem a produzir na sequência dos estudos que desenvolvessem, com o intuito claro de não só promover a salvaguarda da memória desta indústria, como mais ainda, de a tornar inteligível e de, neste sentido, lhe conferir uma lógica organizativa que permita devolver a informação aos serviços internos do Museu que dela dependem, e aos públicos externos, quer em função da tipologia quer das motivações específicas destes.

Como competências específicas deste serviço, assumiram-se assim e para além da já citada preservação e valorização dos fundos documentais, a gestão e aquisição de documentação específica relacionada com a vocação do Centro e do próprio Museu (e em qualquer tipo de suporte, seja papel, magnético ou digital), a gestão e actualização da base de dados do Museu (aqui em estreita articulação com o Serviço de Gestão de Colecções) e a disponibilização de informação e apoio à investigação. No âmbito específico da investigação entendeu-se desde logo dar especial relevo às temáticas relacionadas com a indústria da chapelaria nos seus aspectos técnicos, à investigação antropológica nas diversas áreas que permitam o enriquecimento do conhecimento sobre a indústria em causa e seus actores e, finalmente, às questões do âmbito mais vasto da museologia industrial, versando especificamente todo o restante património industrial local, promovendo e/ou apoiando estudos conducentes a um conhecimento mais aprofundado da história industrial local e do desenvolvimento social e urbano que se faz em torno das indústrias que caracterizam o concelho. Por outro lado, entendeu-se também como atribuição do Centro de Documentação, apoiar os investigadores externos que procurem no Museu e no seu Centro de Documentação fontes para trabalhos científicos, nomeadamente facilitando o acesso à informação e permitindo e incentivando a publicação dos resultados de tais investigações.

Assim sendo, pretende-se claramente que o Centro de Documentação venha a ser um importante interface dos demais serviços do museu, motivo pelo qual este será o espaço próprio para a disponibilização pública da informação e para a realização de acções de formação e sensibilização, e que estará permanentemente em contacto com públicos tão diferenciados quanto os estudantes e investigadores (de diversos graus académicos), os empresários e operários desta indústria, professores de todos os graus de ensino e de todas as áreas de formação, e naturalmente, outros museus e respectivos centros de documentação, quer especificamente relacionados com a chapelaria, quer de um modo geral, com a indústria.

De resto, a constituição da Rota dos Chapéus e da Rota da Indústria, enunciadas muito cedo nas intenções deste projecto, partem exactamente do facto de se considerar o Centro de Documentação como ponto sensível de interligação com outras instituições, museológicas ou não. Dito de outra forma, considerou-se desde cedo que ao Centro de Documentação caberia o papel de contribuir para o estreitamento das relações entre diversas instituições, porquanto se entendia como sua função não

só disponibilizar a informação em sua posse, como também, contribuir claramente para instituir redes de trabalho e cooperação com outras instituições, congéneres ou não. Tal atribuição motivou então, e desde logo, a procura de uma solução informática que permitisse de forma ágil e eficiente, promover tal desígnio, e neste sentido, com o apoio financeiro da Rede Portuguesa de Museus, foi desenvolvido um Sistema de Inventário e Gestão de Colecções Industriais, base do processo de inventário da colecção material e imaterial do Museu, que pretendendo ser um modelo conceptual de referência para a museologia industrial, teve como preocupação a salvaguarda de aspectos de compatibilidade com normas e formatos existentes, e nacional e internacionalmente aceites, nomeadamente o CRM do ICOM/CIDOC e o sistema MATRIZ, e a possibilidade de evolução futura do Modelo, para acomodar necessidades futuras e melhoramentos. Com a criação deste sistema o museu ficou dotado de um importante instrumento capaz de responder aos requisitos de inventariação e de gestão dos espólios, bem como de investigações a realizar tendo por base o acervo do Museu. Tal sistema foi desenvolvido de forma a ser aberto e compatível, por forma a respeitar critérios de inter-operabilidade com importância crescente no panorama dos Museus, facilitando desta forma a instituição das referidas redes de cooperação.

2 – Sistema de Inventário e Gestão das Colecções: integrando os acervos museológicos e documentais

Sendo dado adquirido que os Museus contemporâneos integram centros de documentação, na sua forma mínima para sustentar as memórias associadas às peças do acervo museológico, e dispondo o Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira de vastas colecções documentais (que lhe chegavam à posse em virtude de uma avisada e atempada intervenção da Edilidade local) impunha-se, como vimos no ponto supra deste texto, que o Museu assumisse a existência do Centro de Documentação desde a etapa de concepção do projecto museológico. No entanto, a simples existência de um Centro de Documentação não garante, por si só, a utilidade dos documentos aí mantidos. Impunha-se cumprir a tarefa de tornar essa documentação útil. Útil em termos museológicos estritos – isto é, fazer contribuir para a programação museológica o manancial de informação contido na documentação existente – mas também útil num sentido mais abrangente, de investigação científica e de serviço à comunidade.

Para cumprir este duplo objectivo tornava-se essencial que a documentação existente fosse tratada e que se tornasse disponível. Mais, pareceu à equipa que concebia e levava à prática o projecto do Museu que a documentação conservada seria de extrema utilidade apenas se fosse possível realizar de forma eficaz e efectiva a sua relação com os espólios museográficos "clássicos" (entenda-se "materiais") e com os espólios museográficos menos "clássicos" (entenda-se "não-materiais"). Para que tal fosse exequível exigia-se um sistema informático que permitisse relacionar as várias peças do espólio, fossem elas documentais, materiais ou não-materiais. Desta forma de qualquer ponto de partida de investigação seria possível alcançar todas as relações e interligações, tanto as que haviam sido

"materiais" (por exemplo um manual de instruções que havia estado associado a uma determinada máquina) quanto as "interpretativas" (por exemplo uma entrevista com um operário que descreve a utilização de uma ferramenta e o exemplar dessa ferramenta existente no Museu).

Tal sistema haveria, portanto, de cumprir funções de inventário, no sentido mais puro do termo, mas também funções de gestão das colecções e de interpretação dessas colecções. Interessa-nos, aqui, especialmente esta última função, uma vez que é ela que realiza a interligação entre os espólios documentais e os espólios museológicos. No entanto, as funções de inventário e de gestão de colecções são também de referir, dado que os espécimes documentais seguem o processo de registo em inventário e são manipulados em termos de gestão de colecções exactamente como qualquer outro item.

O sistema adoptado, na ausência de produto no mercado que estivesse adaptado a todas estas exigências e a material museológico de origem industrial, foi desenvolvido de raiz, resultado da colaboração da equipa do Museu e de dois centros de investigação da Universidade Fernando Pessoa, a saber o CEREM (Centro de Estudos e Recursos Multimediáticos) e o CEAA (Centro de Estudos de Antropologia Aplicada), em projecto de investigação co-financiado pela RPM (Rede Portuguesa de Museus) e pela Câmara Municipal de S. João da Madeira[1].

O sistema é baseado numa arquitectura cliente-servidor, usando TCP/IP como protocolo Internet, e um sistema de gestão de base de dados relacional (ver figura 1, anexa). Os clientes ligam-se ao sistema através de um *browser*, usando a rede. Este *browser* deve aceitar JavaScript e, no mínimo, HTML 4. Para determinadas aplicações é estabelecida uma ligação segura usando o protocolo SSL (Secure Sockets Layer). A interface apresentada aos utilizadores é simplificada do ponto de vista gráfico, não utilizando *frames* e reduzindo o emprego de imagens e de elementos gráficos, evitando deste modo dificuldades com alguns browsers.

Quando este projecto foi iniciado, pretendia-se desenvolver um sistema que respeitasse o standard do CRM do CIDOC[2]. Mas desejava-se também um sistema que fosse fácil de usar e que fosse adaptável. Assim, o sistema é passível de actualizações sempre que o Museu de tal necessita: campos novos e novos tipos de documentos podem ser criados com muita facilidade. Isto possibilita que não seja necessário ter conhecimento prévio de todas as categorias e tipos documentais, bem como não exige que todos os campos de uma categoria ou tipo sejam pré-definidos. À medida que o sistema foi sendo usado, fomos concluindo pelas vantagens deste tipo de abordagem e reunindo experiência para melhorias a introduzir em futuras versões. Assim, à medida que a documentação aumentar em variedade, o sistema será actualizado. Finalmente, o sistema pode ser usado em qualquer língua, uma vez que os nomes dos campos estão reunidos em tabelas internas do sistema. Como tal, são muito fáceis de traduzir, não sendo necessário alterar os nomes dos campos em cada ficha, uma vez que esta herda as suas características da hierarquia do sistema.

Neste Sistema, os itens são registados em fichas próprias onde se anotam as informações principais;

associada a cada ficha existe uma ficha específica de inventário relativa à aquisição da peça; também associadas às fichas principais, existem fichas relativas às actividades a que a peça pode ser sujeita durante a sua vida útil e uma ficha de abatimento ao inventário (ver figuras 2 a 7, anexas). Cada peça, registada neste sistema de fichas, pode ser relacionada com qualquer outra peça existente no sistema, através de dois processos: a peça pode ter pertencido a um grupo (por exemplo documentos que estavam agrafados entre si mas que se entendeu por bem separar por qualquer motivo relacionado com a sua conservação); neste caso os itens fazem parte de um "grupo" que é uma instância do sistema. A partir de qualquer dos itens é possível aceder ao outro. Esta é uma associação que não tem carácter interpretativo, uma vez que apenas reproduz uma realidade material pré-existente. Por outro lado, haverá registados no sistema itens cuja relação é resultado de acto interpretativo: por exemplo a ficha clínica de um operário que sofreu um acidente numa determinada máquina, a máquina referida, uma entrevista com um outro operário onde é explicado o funcionamento da dita máquina e, finalmente, um *video* onde se mostra a máquina em funcionamento. Todos estes registos podem remeter uns para os outros através da funcionalidade "relação com outro item". A consulta de um deles resulta, assim, francamente enriquecida. Mais, à medida que a actividade de investigação e de interpretação das peças for avançando, a riqueza do sistema vai sendo acrescentada com novas relações[3].

O sistema permite ainda que apenas algumas das relações, ou apenas parte do conteúdo das fichas, seja disponibilizado a determinados tipos de utilizadores[4]. Desta forma é possível ter registadas no sistema, por exemplo, fichas clínicas de pessoas vivas sem que o utilizador normal possa aceder a informações confidenciais. É possível também que determinadas relações interpretativas sejam mantidas ocultas, em função de decisão nesse sentido do administrador do sistema.

Está, assim, o Museu da Indústria da Chapelaria dotado de um sistema que cumpre todas as exigências presentes e com capacidade de evoluir conforme as necessidades futuras. Cabe agora dar a palavra a quem levou à prática a experiência de trabalhar diariamente com o sistema e ajudou ao seu desenvolvimento e ajuste.

3 - O carregamento da Base de Dados: da concepção teórica à prática quotidiana

A adopção deste sistema prendeu-se essencialmente com a sua flexibilidade e capacidade de adaptação a diferentes tipos de espólio, mais concretamente a um legado tão diferenciado como é o do Museu da Indústria da Chapelaria. Se à partida era possível adivinhar uma riqueza tipológica muito vasta na documentação existente, o trabalho sistemático de registo dessa documentação veio a provar que era função essencial do Sistema a sua capacidade de adaptação e de crescimento tipológico.

Para que fosse possível organizar numa mesma Base de Dados todo o acervo do Museu foi necessário realizar uma investigação prévia que permitisse obter uma radiografia geral das características do

espólio adquirido. Encontradas as várias tipologias documentais e não-documentais iniciou-se a elaboração das primeiras fichas do inventário. Cada tipologia contém uma ficha-tipo específica. A criação destas fichas-tipo resultou de uma análise mais aprofundada de cada peça museológica, a fim de recolher quais as características identificativas fundamentais, quer para a investigação interna do Museu, quer do ponto de vista das necessidades de pesquisa feita pelos diferentes públicos. Uma vez que o sistema se desenvolve taxionomicamente, foi necessário apontar quais as características identificadoras que poderiam ser comuns a todo o acervo (características essas que passaram a ser herdadas em cada ficha e para todo o tipo de acervo) e quais aquelas que seriam específicas de cada tipologia. Com base nestas fichas-tipo o sistema foi sendo construído informaticamente.

No que diz respeito à parte documental, as fichas-tipo foram sendo alteradas em função da especificidade de cada documento. Do vasto número de documentos existentes, o sistema organiza-se em onze classes[5], que por sua vez se desdobram num extenso número de tipos documentais.

Durante a catalogação do acervo foram surgindo novos tipos de documentos que foram acrescentados ao Sistema. Em cada classe surgiram diversos documentos novos que foram ampliando e complexificando o sistema. Dentro das várias situações (Diários da República, Cartões de Ponto, Fichas de Aptidão, Saídas em Serviço, Catálogos, Anúncios de Imprensa, etc.) podemos destacar, a título de exemplo, o caso do "Documento Genérico", que foi criado para resolver as situações em que existe apenas um exemplar do documento que não se insere nas classes existentes. Neste sentido, o novo documento passa a ser catalogado numa classe mais genérica.

Houve campos que foram acrescentados, como é o caso do campo "observações" e do campo "cor", respeitante à descrição do suporte do documento, que não existiam e passaram a ser herdados por todas as fichas. Outros foram alterados e/ou eliminados, como o campo "Número de Ficha" nas "Fichas Médicas" que foi eliminado por não existir referência desse número no documento. Alteraram-se também alguns campos de preenchimento obrigatório para preenchimento facultativo, como é o caso de "Tipo de Feltro", "Número", "Número de Páginas", e outros, que por falta de informação nos documentos não permitiam o seu preenchimento. Assim como alguns campos de preenchimento inicialmente facultativo passaram a preenchimento obrigatório, por exemplo, "Nome", "Designação", "Data", "Autor".

Ao longo do processo de adaptação do Sistema, modificaram-se algumas designações e acrescentaram-se novas funcionalidades. A função "Duplicar" facilitou a catalogação de documentos seriados, permitindo-nos no caso de documentos como as "Fichas de Tinturaria" duplicar as receitas dos tintos alterando só as dosagens ou algumas drogas para a sua fabricação. Esta funcionalidade possibilitou uma maior eficiência no preenchimento da Base de Dados, evitando o preenchimento de campos já anteriormente descritos.

No que respeita ao "Estado de Conservação" do espólio, como em outros casos específicos, existe uma função de ajuda onde estão descritos os sete critérios de avaliação do estado de conservação para

orientar o inventariante na catalogação, mantendo assim uniformidade de decisões.
Apesar de os itens constantes do acervo documental não terem um valor expositivo tão imediato, a não ser documentos de conteúdo mais ilustrativos ou que pela sua raridade passam a ter um valor acrescido, tornando-os *peça-única*, apenas a sua utilização na investigação permite uma correcta contextualização (histórica e social entre outras) dos acervos museológicos. Com a interligação das informações já existentes na Base de Dados é possível compreender uma parte da vida da Empresa Industrial de Chapelaria.
Apesar de constituírem uma parte numericamente menos expressiva do espólio, os não-documentos (máquinas, ferramentas e outros artefactos) podem ser considerados os mais importantes do ponto de vista expositivo, não só pela importância intrínseca das peças, como também pela diversidade de histórias que encerram em si. Naturalmente, estes instrumentos da indústria de chapelaria constituem a parte mais visível de todo o processo da criação/ fabricação de um chapéu, que englobam um leque diversificado de formas e materiais.
Os Não-documentos estão organizados em: Máquina, Produto acabado, Matéria-prima, Acessório, Ferramenta, Material de laboratório e Embalagem. A determinação destas classes foi possível através de uma investigação e inventariação prévia do espólio material do museu[6]. Depois destas operações, foi possível concluir as características identificativas de cada tipologia e proceder à divisão em diferentes campos de preenchimento conforme as essas características, assim como conhecer o número, ainda que impreciso nesta fase, de peças do espólio existente.
Os campos de preenchimento de cada ficha, relativos aos diversos Não-documentos, não são, como é lógico, todos iguais. Alguns campos são de carácter obrigatório e são comuns às diferentes fichas, outros são próprios de cada Não-documento. Os campos "identificador", "local de cota", "estado de conservação", "história da peça", "designação", "outra designação", "elementos identificativos" "dimensões", "restrições"; "material principal e secundário" e "observações" são campos de preenchimento comuns a todos os documentos. Os outros campos definem-se conforme as diferentes características do espólio. Como por exemplo, o caso dos campos "tamanho do chapéu" e "tamanho de aba" só faz sentido no Não-documento "produto acabado" e não em "ferramentas".
Depois de uma primeira análise identificativa dos diversos materiais constituintes do espólio, que permitiu a construção dos campos da base de dados, foi necessário, para o preenchimento da mesma, outra investigação. Este trabalho dividiu-se em duas fases. A primeira resultou da pesquisa feita com os antigos trabalhadores da indústria de chapelaria. Iniciaram-se entrevistas que incidiram sobre as funções, manuseio, curiosidades e até mesmo na decifração das peças do espólio. Esta investigação permitiu contextualizar os investigadores relativamente às peças do espólio, fornecendo material com que pudessem preencher alguns campos da base de dados. E ninguém melhor que antigos e actuais trabalhadores da chapelaria para dar indicações precisas acerca das designações das máquinas, das ferramentas e até mesmo das funções a que se destinavam permitindo, assim, a construção de um

glossário de termos da industria de chapelaria.
Os outros campos das fichas só podiam ser completados com uma intervenção mais directa nas peças. O preenchimento dos campos relativos às dimensões, por exemplo, não apresentou grandes dificuldades, procedendo-se a medições rigorosas de todos itens do espólio. O campo "Descrição", por outro lado, exigiu por parte do investigador, a necessidade de criar critérios para que a linguagem utilizada fosse clara, precisa e coerente. Nos casos mais complexos, como o das máquinas e ferramentas, optou-se por uma linguagem simples, que apesar de incluir alguns termos técnicos, oferecesse uma leitura fácil. A intenção era que essa leitura não levantasse dúvidas sobre a descrição das máquinas ou ferramentas a que reportam. A coerência na utilização da linguagem visou criar um conjunto de palavras base para que não houvesse discrepâncias. Ou seja, num conjunto de várias peças pertencentes ao mesmo grupo, (caso dos chapéus, cunhos de grifagem, feltros, formas e moldes) que, apesar de diferentes, partilham elementos comuns.
Todas as dificuldades, questões, erros e dúvidas que foram surgindo na inventariação foram sendo resolvidas numa constante interacção com o CEREM. O contacto *on-line* facilitou o trabalho tornando-o mais produtivo e eficiente.

Com resultado do trabalho até agora efectuado, a base de dados conta com cerca de 17.000 registos relativos a documentação e com cerca de 2.000 registos relativos a espólio museológico material. O Sistema está praticamente estabilizado, restando apenas a realizar menores ajustes e acrescentos. Na sua forma actual é já um elemento essencial no trabalho interno de programação e investigação do Museu e, como desejámos, passará a ser um serviço de interesse para a investigação científica na área da indústria.

S. João da Madeira, Setembro de 2004.

Notas

[1] Acerca do desenvolvimento deste Sistema, veja-se o que escrevemos em GOUVEIA, F. R. e LIRA, S. – "A model and a system for Cultural Heritage: the case of the Hat Industry" in Revista da Faculdade de Ciência e Tecnologia, Porto, UFP, 2004 e em LIRA, S. – "O Sistema de Inventário e Gestão de Colecções do Museu da Indústria de Chapelaria de S. João da Madeira" in Antropológicas, nº 7, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2003.
[2] Reed, P. A., 1995, "CIDOC Relational Data Model. A Guide", ICOM/CIDOC.
[3] A título de exemplo, note-se que as actividades organizadas pelo Centro Educativo, também registadas no Sistema, podem recorrer a itens do Museu (peças ou documentos) no seu desenvolvimento ou na sua própria execução. Nestes casos, as fichas das actividades remetem para os itens inventariados e vice-versa.

[4] Normalmente haverá três tipos de utilizadores: o público em geral (apenas com permissão de consulta limitada), os utilizadores registados (com permissão de consulta geral e de registo e edição de fichas) e o administrador do sistema (com permissões completas, inclusive de atribuição de novas senhas de acesso). Para além destes tipos de utilizadores poderão ser criados outros, com permissões ou restrições específicas.

[5] "Documento Publicitário", "Documento de Imprensa", "Documento Catálogo", "Documento Comunicação Corporativa", "Documento Recursos Humanos", "Documento Gestão e Administração", "Documento Segurança e Higiene", "Documento de Tinturaria", "Documento Acabamentos", "Documento de Matéria-Prima", "Documento Cadeia-operatória", "Documento genérico" e "Documento Bibliográfico"

[6] Este trabalho foi levado a cabo com o apoio da RPM e da Câmara Municipal de S. João da Madeira, durante o ano de 2002, tendo sido fulcral para o conhecimento do espólio disponível.

CLARA FRAYÃO CAMACHO

Coordenadora da Estrutura de Projecto Rede Portuguesa de Museus
Instituto Português de Museus

Ao terminar o Encontro que em boa hora os Centros de Documentação da Rede de Museus de Loures organizou sobre museus e centros de documentação, não é de mais sublinhar a importância deste tema para as instituições museológicas do nosso País.

Em primeiro lugar, destaco, no plano conceptual, a relevância que a documentação assume no museu, enquanto função museológica fundamental. Sendo uma função basilar, em estreita colaboração com as funções da investigação, da conservação, da exposição e da educação, integra o próprio conceito de museu, tal como é definido pela recente Lei Quadro dos Museus Portugueses. Num sentido amplo a documentação reporta-se no museu a todos os registos de informação que auxiliam a interpretar os bens culturais de que a instituição museológica cuida, ajudando a descodificá-los e a dá-los a ler e a ver aos públicos.

Em segundo lugar, no plano organizacional, bem como no das instalações, os centros de documentação dos museus constituem-se cada vez mais como portas abertas à sociedade, no cruzamento das diferentes funções museológicas anteriormente referidas. Estreitamente ligados, por um lado, à área da investigação e, por outro, à da comunicação com os públicos, os centros de documentação não são apenas complementos à actuação e à intervenção do museu, mas assumem frequentemente um papel de interface específico e relevante com sectores da comunidade, desde os estudantes e os docentes até aos especialistas e investigadores, passando pelos curiosos e amadores dos temas tratados num dado museu.

É grande a diversidade de conteúdos dos centros de documentação dos museus portugueses. Os mais habituais são os especializados no tema e nas colecções do museu, podendo, por vezes alargar-se à área disciplinar de que o museu se ocupa, expandindo-se por exemplo pelos domínios da arte, da arqueologia, da etnografia, consoante os casos. Em muitos museus locais é frequente que os centros de documentação dos museus incidam sobre a história e o património locais, quer haja ou não uma ligação directa ao tema e à vocação do respectivo museu. Finalmente encontramos alguns centros de documentação que abrangem todas as possibilidades que acabamos de referir – o tema, a disciplina, a história e o património -, agregando ainda a atenção a temas da museologia e tornando-se, por isso, instituições de referência para docentes e estudantes desta disciplina.

Foi precisamente por constatar as carências existentes em documentação especializada em museologia que a Rede Portuguesa de Museus criou e abriu ao público desde 2004 um Centro de Documentação, centrado em fundos documentais de museologia. Este centro dirige-se a profissionais de museus, estudantes, investigadores e docentes, vindo suprir uma necessidade de apoio bibliográfico e de contributo para a formação.

A finalizar, gostaria de incentivar os museus que não dispõem ainda de centros de documentação a criá-los, visto que estarão assim a contribuir para um enriquecimento do próprio museu, a diversificar as suas formas de comunicação com o público e a aprofundar o conhecimento sobre os bens salvaguardados e sobre os temas em que os mesmos se enquadram. Gostaria igualmente de reforçar a pertinência que encontros como este que agora termina podem desempenhar no estabelecimento de articulações, de formas de colaboração e de parcerias entre os museus com centros de documentação, podendo assim contribuir para uma actuação concertada e revalorizada destes equipamentos culturais.

Este encontro foi uma excelente aposta dos Museus de Loures e da respectiva Câmara Municipal, comprovada pela participação muito expressiva que contámos ao longo de todo o dia.

A área da documentação, é com efeito, fulcral nos Museus, uma verdade de La Palice, mas recordo-vos que até há pouco tempo não era considerada nos museus e que grande parte das nossas instituições autodesignadas museus, não faz de facto da documentação o prato forte da sua actividade.

As colecções dos museus necessitam de ser documentadas e de cruzar toda a informação com as áreas existentes.
Esta é uma tendência que se insere num plano de qualificação dos museus portugueses e a que progressivamente temos vindo a assistir ao longo dos últimos anos.

Atrevo-me a dizer que o conjunto de mais de 100 museus dos 120 que actualmente compõem a Rede Portuguesa de Museus constitui, de facto, o grupo piloto que vai pôr em prática todo um conjunto de funções museológicas que, em última instância, se destinam a melhorar a qualidade do serviço que prestamos ao público.

A face mais visível deste trabalho são com efeito os centros de documentação no plano organizacional dentro dos museus. Eu confesso: tive um bocadinho de pena que ao longo do dia esta vertente não tivesse sido muito explorada, foi aflorada por alguns dos participantes mas não foi muito explorada a questão de como é que no interior das respectivas orgânicas, dos seus enquadramentos, dos seus regulamentos estão inseridos e inscritos os centros de documentação, é um aspecto. Também

interessante, em termos de análise, é o facto de os centros de documentação serem uma das tais portas abertas à sociedade de que falava hoje de manhã o Dr. Manuel Bairrão Oleiro.

A área das exposições e o serviço educativo são, à primeira vista, as duas grandes portas de comunicação com o público. Mas, os centros de documentação, que têm vindo a afirmar-se nesse papel de serviço público, muitas vezes são o garante do funcionamento dos museus, aquando do renovamento e encerramento das exposições. Há vários casos conhecidos em que, estando o museu encerrado ao público por motivos de obras ou de qualificação, é o Centro de Documentação que desempenha um papel fulcral de porta aberta, de comunicação com o público.

Gostava também de salientar alguma diversidade no nosso panorama de centros de documentação de museus em Portugal, aspecto que ficou bem patente ao longo das comunicações do dia.

A missão principal dos centros de documentação dos museus, como foi também aqui bastante realçado, é o da sua especialização no próprio tema e nas colecções do museu, e diria que este aspecto da missão é comum praticamente a todos.

A Rede Portuguesa de Museus tentou dar o seu contributo no sentido de colmatar as deficiências na área de bibliografia especializada em museologia, abrindo há cerca de um ano um Centro de Documentação especializado em Museologia.

Finalmente, porque de facto o que interessa nesta sessão de encerramento é ouvir as conclusões do Encontro, gostaria de voltar ao início da minha intervenção e salientar a importância deste Encontro, e a abertura, pelo nosso lado, para colaborar num segundo encontro que parece que já está nos planos da minha colega Ana Paula Assunção. Queremos continuar a apoiar as formas que os profissionais entenderem que são as pertinentes, quer seja pelo apoio a projectos de instalação e criação centros de documentação, quer seja pela sua divulgação através de *sites* no caso dos museus que pertençam à Rede, quer ainda no campo da reflexão e também de dar algum espaço a essa reflexão através dos meios que estão ao nosso dispor.

PAULA ASSUNÇÃO

Chefe da Divisão do Património Cultural

Estiveram presentes aqui connosco 132 pessoas, o que é um número suficientemente elucidativo do interesse que esta matéria suscitou de norte a sul do país. Gostaria de agradecer à BAD, à EAD, à DID e à INTERESCRITÓRIOS a sua presença com os respectivos *stands*.

A grande adesão e participação registada neste 1.º Encontro promovido pelos centros de documentação da Rede de Museus da Câmara Municipal de Loures, com o apoio da Rede Portuguesa de Museus, permitem-nos considerar a grande pertinência da realização deste encontro e a necessidade de continuar a discutir assuntos tão variados como a questão do lugar dos técnicos na própria estrutura funcional dos museus e até formal, de modernização dos procedimentos.

Foram particularmente relevantes as referências à diversidade de composição de fundos e às reorganizações que progressivamente foram exigidas para responder às exigências das instituições e dos públicos.

As tutelas dos centros de documentação, embora diferenciadas, carecem no nosso entender de ser sensibilizadas para a importância dos próprios centros de documentação enquanto unidades inseparáveis da missão de cada museu.
Da mesma forma que se torna urgente a correcta criação de quadro pessoal de carreira para o cabal desempenho das funções que se esperam destes centros de documentação que tornam acessível o conhecimento.

Apontou-se para a necessidade de integração de acervos museológicos no contexto do sistema de documentação, igualmente se acentuou a necessidade de trabalho conjunto, pluridisciplinar, para uma abordagem mais alargada do conceito do objecto museológico, subscreveu-se, também, a ideia de todo o museu ser ele próprio um centro de documentação.

Como grande conclusão, pode falar-se da necessidade de combater o isolamento em que muitos centros de documentação ainda trabalham e se encontram, bem como da necessidade de articulação entre os técnicos de arquivos, bibliotecas e centros de documentação, museólogos e museográficos, toda a área de técnicos ligados aos museus, facto que foi, permitam-me acrescentar, traduzido numa proposta do presidente da BAD, que circulou por todos e por todos foi amplamente preenchida, todos os que aqui estiveram presentes e confirmam esta necessidade de articulação entre as várias carreiras

que no fundo mexem nos museus.

Propomo-nos, finalmente, e aqui é uma proposta apresentada à Assembleia, editar as actas, por isso foram gravadas todas as intervenções. Ainda gostaria de pôr de pé, esta sim, pode ser uma proposta um pouco diferente, se o senhor vereador me permitir a ousadia, é a de pôr de pé um segundo Encontro que possa abordar e desenvolver as questões que neste momento foram colocadas. Posso de alguma forma dizer que foi para mim um privilégio ter ouvido tanta informação, tanta experiência, tanto entusiasmo e, sobretudo, tanto amor posto nas situações: as mais delicadas e as mais bem-sucedidas que decorreram durante o dia.

Finalmente, se as vossas palmas corresponderem de algum modo a uma correcta interpretação das minhas palavras, prometo pôr isto em letra de gente e em conversa de gente e remeter as conclusões a todos os participantes de forma a que todos possam subscrever estas conclusões.

RICARDO LEÃO

Muito boa tarde a todos. Estivemos aqui a partilhar experiências e durante o dia fui-me apercebendo da existência de vontade para que os centros de documentação dos museus sejam cada vez melhores e sejam tidos como uma parte importantíssima de qualquer museu.

O que eu vos quero aqui de alguma forma transmitir é o facto de eu, enquanto Vereador desta Câmara, estar sensível a todos os esforços que são feitos; sensível relativamente à importância destes centros nos museus, fazendo com os museus sejam aquilo que todos nós pretendemos, mas cabe também a vocês, técnicos, fazerem essa sensibilização para a importância desta área.

Importa dizer-vos que, da parte do Município de Loures, foi com muito gosto que vos recebemos; agradecer à Rede Portuguesa de Museus porque, graças à Rede Portuguesa de Museus podemos estar aqui hoje e de alguma forma não poderia deixar passar esta oportunidade para dizer que esta equipa da Divisão do Património Cultural, cuja chefe da divisão é a Dr.ª Ana Paula Assunção vai surpreendendo, dia após dia, com o empenho e a motivação que têm.
Somos capazes e este é um exemplo disso.

Boa tarde e muito obrigado.

CONCLUSÕES

A grande adesão e participação registada neste primeiro Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus, promovido pelos centros de documentação da Rede de Museus da Câmara Municipal de Loures com o apoio da Rede Portuguesa de Museus, permite-nos avaliar a importância de tal acção no meio biblioteconómico.

Dele saíram as seguintes conclusões:

1. A necessidade emergente de continuar a discutir sobre a questão do lugar dos centros de documentação, das bibliotecas e arquivos, na própria estrutura funcional dos museus, bem como a questão da formação e modernização no interior destas unidades documentais.

2. A relevância das referências à diversidade de composição de fundos, e às reorganizações que progressivamente são exigidas para responder às exigências do serviço prestado por estas instituições públicas.

3. A necessidade de sensibilização das diferentes tutelas para a importância dos centros de documentação, bibliotecas e arquivos como parte integrante da missão de cada museu.

4. O alerta urgente para a correcta criação de quadros de pessoal de carreira para o cabal desempenho das funções que se esperam destes centros de acesso ao conhecimento e (in)formação.

5. A necessidade de integração dos acervos museológicos no contexto de sistemas de documentação, por forma, a criar um todo informacional.

6. A necessidade de trabalho conjunto pluridisciplinar, para abordagem e alargamento do conceito de objecto museológico.

7. Subscrição da ideia de que todo o museu pode ser ele próprio um centro de documentação.

8. A necessidade de articulação entre todos os técnicos do museu, quer sejam bibliotecários, arquivistas, documentalistas ou museólogos.

9. A necessidade de combater o isolamento em que muitos centros de documentação se encontram